

Lei n.º 612/2004

"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOACIR MACHADO, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

- Art. 1º É criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher CMDM, órgão deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador de caráter permanente e âmbito Municipal.
- Art. 2º Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher atendimento e assistência à mulher:
- I Definir as prioridades da Política Municipal de atendimento à mulher;





- II Assegurar junto ao Poder Público Municipal assistência jurídica, educacional, saúde, projetos de geração de renda e outros com a finalidade de resgatar direitos violados;
- III Atuar na formulação de programas e serviços especiais de prevenção e atendimento médico, psicossocial e jurídico às vítimas de violência;
- IV Definir critérios de qualidade nos serviços oferecidos no âmbito municipal e fixar critérios para a alocação de recursos através de planos de aplicação;
- V Assessorar a elaboração de programas de assistência e valorização da mulher;
- VI Promover cursos de capacitação e treinamento dos profissionais que atuam na área jurídica e delegacia comum, bem como as pessoas encarregadas da implantação de políticas de prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher;
- VII Criar mecanismos para o desenvolvimento de campanhas de prevenção da violência doméstica, que contribuam para sua erradicação;



- VIII Fortalecer os mecanismos judiciais necessários para assegurar
 à mulher acesso à justiça e promover condições para acelerar o ajuizamento;
- IX Incentivar a criação de uma casa abrigo no município para abrigar mulheres e filhos vitimizadas e proporcionar-lhes, temporariamente condições dignas de sobrevivência;
- X Promover ações que identifiquem e corrijam as desigualdades de gênero;
- XI Incentivar e apoiar a implantação de serviços médicos de atenção especial à saúde da mulher;
- XII Propor a criação de programas especiais fixos e móveis e apoiar as iniciativas já existentes, além de estudos, pesquisas e campanhas;
- XIII Promover encontros com instituições representativas da mulher para debates sobre a identidade de gênero;
- XIV Defender a participação das mulheres sem restrições, em todos os setores da sociedade, buscando a igualdade de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, sexuais e reprodutivo;



XV – Coordenar ações articuladas com as instâncias federal, estadual
 e municipal, tanto com os órgãos governamentais, quanto com os da
 sociedade civil para: estabelecer termos de cooperação e convênio;

XVI – Elaborar e aprovar seu regimento interno;

XVII - Acompanhar e avaliar os ganhos sociais obtidos;

XVIII – Convocar anualmente em caráter ordinário e/ou extraordinariamente, por maioria absoluta dos seus membros o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que terá atribuições de: deliberar, normatizar, consultar e fiscalizar os serviços, programas e projetos oferecidos às mulheres envolvidas em situação de violência.

CAPÍTULO II

Da Estrutura e do Funcionamento

Seção I

Da Composição

Art. 3° - O Conselho Municipal dos direitos da Mulher terá a seguinte composição:

I – Do Governo Municipal:

rto – Goiás 00



- a) representante da Secretaria Municipal de Promoção Social;
- b) da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) da Secretaria Municipal de Educação;
- d) Secretaria Municipal da Divisão do Trabalho.

II – Representante dos prestadores de serviços da área/profissionais da área/usuários:

- a) Representante de entidade prestadora de serviço à comunidade;
- b) Da entidade de atendimento a pessoa idosa;
- c) Da entidade de atendimento a infância e a adolescência;
- d) Dos psicólogos;
- e) Dos assistentes sociais;
- f) Dos advogados.

III - Do Governo Estadual:

- a) Representante do Ministério Público;
- b) Polícia Militar do Estado de Goiás.

IV - Do Governo Federal:

a) Órgãos Federais.

Parágrafo Primeiro – Cada titular do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.



Parágrafo Segundo – Somente será admitida a participação no CMDM de entidades juridicamente constituída e, em regular funcionamento.

Parágrafo Terceiro – A soma dos representantes de que trata o parágrafo não será inferior à metade do total dos membros do CMDM.

Parágrafo Quarto – Os membros e suplentes do CMDM não serão remunerados e os serviços prestados são considerados para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

- **Art. 4º** Os membros efetivos e suplentes do **CMDM** serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante Decreto:
- I Da autoridade Estadual ou Federal correspondente quanto as respectivas representações;
 - II Do único representante legal das entidades nos demais casos.

Parágrafo Primeiro – Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

Art. 5° - As atividades do **CMDM** reger-se-á pelas disposições seguintes:



- I Os conselheiros serão excluídos co CMDM e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de falta injustificadas a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões intercaladas;
- II Os membros do CMDM poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;
- II Cada membro do CMDM terá direito a um único voto na Sessão Plenária;
 - IV As decisões do CMDM serão consubstanciadas em resoluções.

SEÇÃO II

Do Funcionamento

- Art. 6° O CMDM terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo as seguintes normas:
 - I Plenário como órgão de deliberação máxima;
- II As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente trimestralmente e extraordinariamente quando convocadas pelo presidente ou por requerimento da maioria de seus membros, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

Quadra 33 Lote 24 – Centro – Santo Antônio do Descoberto – Goiás Fone: (61) 626-1167 – 626-1168 – CEP: 72.900-000



- **Art. 7º** A Prefeitura Municipal, ficará responsável em fornecer recursos físicos e infra-estrutura necessário ao funcionamento do **CMDM**.
- Art. 8° A Prefeitura Municipal, ficará responsável pelo Fundo Municipal dos Direitos da Mulher.
- **Art. 9º** Para melhor desempenho de suas funções o **CMDM** poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:
- I Poderão ser considerado colaboradores, pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMDM em assuntos específicos;
- II Poderão ser criadas comissões internas e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.
- **Art.** 10° Todas as sessões do **CMDM** serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo Único – As resoluções do CMDM, bem como os temas tratados em plenários de diretoria e comissões serão objetos de ampla e sistemática divulgação.

Art. 11° - O CMDM elaborará seu regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da presente lei.

Goiás



Art. 13° - É o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para promover as despesas com a instalação do CMDM.

Art. 14º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO – GO, aos 02 dias do mês de Agosto de 2004.

Moacir Wachado

Prefeito Municipal